



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA



FACULDADE DE MEDICINA

GRADUAÇÃO EM NUTRIÇÃO

MARIA ALICE DE SOUZA BARBOSA

**ESTADO NUTRICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DE DADOS DO SISVAN**

Uberlândia

2024

MARIA ALICE DE SOUZA BARBOSA

**ESTADO NUTRICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DE DADOS DO SISVAN**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em
Nutrição, pela Universidade Federal de
Uberlândia.

Orientadora: Profa. Luana Padua Soares

Uberlândia

2024

**ESTADO NUTRICIONAL DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO
BRASIL: UMA ANÁLISE DE DADOS DO SISVAN**

NUTRITIONAL STATUS OF TRADITIONAL PEOPLE AND COMMUNITIES IN
BRAZIL: AN ANALYSIS OF SISVAN DATA

Maria Alice de Souza Barbosa^a, Luana Padua Soares^b

^a Graduanda, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil.

^b Docente, Curso de Nutrição, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Uberlândia, MG, Brasil.

RESUMO

Povos e comunidades tradicionais (PCTs) representam grupos com modos de vida ligados aos recursos naturais, incluindo indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, entre outros. O acompanhamento do estado nutricional desses povos é fundamental para o planejamento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. O objetivo do presente estudo foi analisar o estado nutricional de povos e comunidades tradicionais a partir de dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), por faixa etária, em todo território brasileiro no ano de 2023. Realizou-se estudo ecológico, utilizando dados secundários do SISVAN, de ciganos, extrativistas, indígenas, pescadores artesanais, povos de terreiro, quilombolas e ribeirinhos. Foram utilizados dados de estado nutricional, baseados em peso e altura, nas diferentes faixas etárias - crianças (0 a <5 anos e 5 a <10 anos), adolescentes (10 a <20 anos), adultos (20 a 59 anos) e idosos (60 anos e mais). A maioria das crianças e adolescentes dos povos e comunidades tradicionais encontrava-se com eutrofia e altura adequada para idade, embora tenham sido verificados extremos nutricionais em alguns povos e comunidades. Entre os adultos e idosos, verificou-se um percentual significativo de eutrofia, mas também prevalências elevadas de baixo peso e excesso de peso em algumas comunidades. De um modo geral, há um número pequeno de indivíduos ciganos, extrativistas, pescadores artesanais e povos de terreiro avaliados. Há necessidade de melhorar o sistema de vigilância alimentar e nutricional e apoiar políticas públicas voltadas aos povos e comunidades tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: estado nutricional, povos e comunidades tradicionais, vigilância alimentar e nutricional.

ABSTRACT

Traditional peoples and communities (TCPs) represent groups with ways of life linked to natural resources, including indigenous peoples, quilombolas, artisanal fishermen, riverside communities, among others. Monitoring the nutritional status of these peoples is essential for planning public policies aimed at promoting health and food and nutritional security. The objective of this study was to analyze the nutritional status of traditional peoples and communities based on data from the Food and Nutrition Surveillance System (SISVAN), by age group, throughout Brazil in 2023. An ecological study was carried out using secondary data from SISVAN, of gypsies, extractivists, indigenous peoples, artisanal fishermen, terreiro peoples, quilombolas and riverside communities. Nutritional status data, based on weight and height, were used in the different age groups - children (0 to <5 years and 5 to <10 years), adolescents (10 to <20 years), adults (20 to 59 years) and elderly (60 years and over). Most children and adolescents from traditional peoples and communities were eutrophic and had adequate height for their age, although nutritional extremes were observed in some peoples and communities. Among adults and the elderly, a significant percentage of eutrophic individuals was observed, but there was also a high prevalence of underweight and overweight in some communities. In general, a small number of gypsies, extractivists, artisanal fishermen and terreiro peoples were assessed. There is a need to improve the food and nutrition surveillance system and support public policies aimed at traditional peoples and communities.

KEY WORDS: nutritional status, traditional peoples and communities, food and nutrition surveillance.

INTRODUÇÃO

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos que possuem modos de vida que estão diretamente relacionados com os recursos naturais e que dependem, em parte ou integralmente, desses meios para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica [1].

Tal descrição abrange diversos grupos étnicos como os povos indígenas, as comunidades remanescentes de quilombos, pescadores artesanais, ribeirinhos, povos ciganos, povos de terreiro, pantaneiros, faxinalenses, comunidades de fundos de pasto, caiçaras, geraizeiros, apanhadores de flores sempre-vivas, andirobeiras, catadores de mangaba, extrativistas, cipozeiros, isqueiros, marroquianos, piaçaveiros, pomeranos, quebradeiras de coco babaçu, retireiros, seringueiros, vazanteiros e veredeiros.[2].

Não há dados sobre o número de pessoas de todas as comunidades tradicionais no Brasil. No Censo Demográfico 2022, há informações sobre a população quilombola, estimada em 1.327.802 indivíduos (0,65% da população total do país) e a população indígena, estimada em 1.694.836 pessoas (0,83% da população total) [3].

Segundo informações do Cadastro Único para programas sociais, existem 3,76 milhões de famílias pertencentes às comunidades tradicionais cadastradas, sendo o maior grupo o dos agricultores familiares (2,22 milhões), seguido pelos pescadores artesanais (344,7 mil) [4].

As comunidades tradicionais frequentemente obtêm seus alimentos a partir do cultivo e do extrativismo vegetal, utilizando recursos naturais e renováveis, ou através da criação de animais, caça e pesca, respeitando o ecossistema local [5].

Tais particularidades dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) dificultam ainda mais a avaliação da insegurança alimentar (IA), que já é um desafio por si só, considerando que a insegurança alimentar ocorre quando a disponibilidade de alimentos é limitada ou incerta, ou quando não se consegue garantir uma alimentação adequada e segura [5].

O estado nutricional e o acesso aos alimentos são frequentemente utilizados como fatores determinantes de (in)segurança alimentar e nutricional, mas bom estado

nutricional e ausência de fome não são garantia suficiente de atingir a segurança alimentar e nutricional [6].

Alguns indicadores antropométricos são circunstâncias da insegurança alimentar e nutricional como a desnutrição crônica, caracterizada pelo crescimento inadequado em crianças (baixa estatura para a idade) e baixo peso para a altura. Adultos também sofrem com a desnutrição crônica, apresentando fraqueza e menor capacidade de trabalho, além de enfraquecer o sistema imunológico, tornando os indivíduos mais suscetíveis a infecções e doenças. Isso cria um ciclo vicioso, onde doenças e infecções agravam ainda mais o estado nutricional [6].

A obesidade, além de ser um dos maiores desafios de saúde pública, está se transformando em uma epidemia que agrava a carga de doenças associadas na população. A obesidade é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de diabetes tipo 2, hipertensão, doenças cardiovasculares e até alguns tipos de câncer. A insegurança alimentar (IA) pode estar ligada ao desenvolvimento da obesidade, pois contribui para o consumo de alimentos ricos em gorduras e com alta densidade energética [7].

O acompanhamento do estado nutricional dos povos e comunidades tradicionais é fundamental para o planejamento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional. Os indicadores antropométricos permitem mensurar, de forma indireta, o estado da insegurança alimentar, orientar estratégias de intervenção e monitorar a efetividade das políticas implementadas, no âmbito geral ou específico, em cada comunidade [8].

Neste contexto, verifica-se a importância do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), que tem como objetivo realizar uma análise descritiva e analítica das condições alimentares e nutricionais da população brasileira, auxiliando na compreensão da natureza e da extensão dos problemas nutricionais. Ele permite identificar as regiões, os grupos sociais e as populações mais vulneráveis a distúrbios nutricionais [9].

O objetivo do presente estudo foi analisar o estado nutricional de povos e comunidades tradicionais a partir de dados do SISVAN, por faixa etária, em todo território brasileiro no ano de 2023.

MÉTODOS

Trata-se de estudo ecológico, utilizando dados secundários do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).

As informações sobre estado nutricional e marcadores de consumo alimentar da população atendida na Atenção Primária à Saúde (APS) estão disponíveis no SISVAN. A plataforma mantém relatórios que podem ser acessados a partir do registro de medidas das dimensões físicas da pessoa (dados antropométricos) e dos marcadores de consumo alimentar. Existem dois tipos de acessos ao SISVAN: público e restrito. Foram utilizados os relatórios consolidados disponíveis para acesso público, referentes ao ano de 2023, o último ano completo disponível no momento da realização da pesquisa.

Foram selecionados sete grupos registrados como pertencentes aos povos e comunidades tradicionais, conforme definido pelo Ministério da Saúde. Esses grupos compreendem diferentes etnias e culturas, sendo ciganos, extrativistas, indígenas, pescadores artesanais, povos de terreiro, quilombolas e ribeirinhos.

Foram consideradas as seguintes faixas etárias e indicadores antropométricos:

- Crianças de 0 a <5 anos – **Altura por Idade (A/I)**: < Escore-z -2 (altura baixa ou muito baixa para idade); ≥ Escore-z -2 (altura adequada para idade) / **Peso por Altura (P/A)**: < Escore-z -2 (magreza e magreza acentuada); ≥ Escore-z -2 e ≤ Escore-z +1 (eutrofia); > Escore-z +1 (risco de sobrepeso, sobrepeso e obesidade)
- Crianças de 5 a <10 anos – **Altura por Idade (A/I)**: < Escore-z -2 (altura baixa ou muito baixa para idade); ≥ Escore-z -2 (altura adequada para idade) / **IMC-para-idade**: < Escore-z -2 (magreza e magreza acentuada); ≥ Escore-z -2 e ≤ Escore-z +1 (eutrofia); > Escore-z +1 (sobrepeso e obesidade);
- Adolescentes (10 a 19 anos) – **IMC-para-idade**: < Escore-z -2 (magreza); ≥ Escore-z -2 e ≤ Escore-z +1 (eutrofia); > Escore-z +1 (sobrepeso e obesidade)
- Adultos (20 a 59 anos) – **IMC (Índice de Massa Corporal)**: baixo peso (IMC < 18,5kg/m²); eutrofia (IMC entre 18,5kg/m² e 24,9kg/m²); sobrepeso e obesidade (IMC ≥ 25kg/m²)
- Idosos (60 anos e mais) – **IMC (Índice de Massa Corporal)**: baixo peso (IMC < 22kg/m²); eutrofia (IMC entre 22kg/m² e 27kg/m²); sobrepeso (IMC > 27kg/m²)

Realizou-se análise descritiva dos dados, com cálculo de frequências simples, com o uso do software Excel.

RESULTADOS

A população estudada foi de 317.126 pessoas de ambos os sexos, de todas as idades, das seguintes comunidades e povos tradicionais: ciganos, extrativistas, indígenas, pescadores artesanais, povos de terreiro, quilombolas e ribeirinhos.

Em relação ao estado nutricional de crianças, observa-se que a maioria apresentava eutrofia. No entanto, destaca-se que 7,7% das crianças (0 a <5 anos) ribeirinhas e 20,0% das crianças (5 a <10 anos) das comunidades de pescadores artesanais apresentavam magreza. Por outro lado, na faixa etária de 5 a <10 anos, 50% das crianças ciganas e 60% das crianças extrativistas apresentavam sobrepeso ou obesidade. Considerando o indicador Altura por Idade, a maioria apresentava altura adequada para idade. No entanto, um percentual considerável de crianças indígenas e ribeirinhas apresentavam altura baixa ou muito baixa, em ambas as faixas etárias (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Estado nutricional de crianças de 0 a <5 anos, de povos e comunidades tradicionais, de acordo com dados do SISVAN, Brasil, 2023.

Povos e comunidades tradicionais	Estado nutricional						Total
	P/A			Total	A/I		
	Magreza n (%)	Eutrofia n (%)	Risco / Sobrepeso / Obesidade n (%)		Altura baixa / muito baixa n (%)	Altura adequada n (%)	
Ciganos	0 (0,0%)	1 (50,0%)	1 (50,0%)	2	0 (0,0%)	2 (100,0%)	2
Extrativistas	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0	0 (0,0%)	0 (0,0%)	0
Indígenas	2.678 (5,0%)	34.742 (65,1%)	15.939 (29,9%)	53.359	15.483 (29,0%)	37.910 (71,0%)	53.393
Pescadores artesanais	0 (0,0%)	5 (71,4%)	2 (28,6%)	7	1 (14,3%)	6 (85,7%)	7
Povos de terreiros	0 (0,0%)	2 (100%)	0 (0,0%)	2	0 (0,0%)	2 (100,0%)	2
Quilombolas	3 (4,5%)	41 (61,2%)	23 (34,3%)	67	6 (9,0%)	61 (91,0%)	67
Ribeirinhos	15 (7,7%)	128 (65,3%)	53 (27,0%)	196	36 (18,3%)	160 (81,7%)	196

Tabela 2 - Estado nutricional de crianças de 5 a <10 anos, de povos e comunidades tradicionais, de acordo com dados do SISVAN, Brasil, 2023.

Povos e comunidades tradicionais	Estado nutricional						Total
	IMC/I			Total	A/I		
	Magreza n (%)	Eutrofia n (%)	Sobrepeso / Obesidade n (%)		Altura baixa / muito baixa n (%)	Altura adequada n (%)	
Ciganos	0 (0,0%)	1 (50,0%)	1 (50,0%)	2	0 (0,0%)	2 (100,0%)	2
Extrativistas	0 (0,0%)	2 (40,0%)	3 (60,0%)	5	0 (0,0%)	5 (100,0%)	5
Indígenas	2.523 (4,7%)	39.523 (73,3%)	11.877 (22,0%)	53.923	10.215 (18,9%)	43.713 (81,1%)	53.928
Pescadores artesanais	1 (20,0%)	3 (60,0%)	1 (20,0%)	5	0 (0,0%)	5 (100,0%)	5
Povos de terreiros	2 (4,5%)	27 (61,4%)	15 (34,1)	44	1 (2,3%)	43 (97,7%)	44
Quilombolas	9 (5,4%)	112 (67,8%)	47 (27,0%)	168	2 (1,2%)	166 (98,8%)	168
Ribeirinhos	31 (5,6%)	420 (75,54%)	105 (18,9%)	556	85 (15,3%)	471 (84,7%)	556

Entre os adolescentes ribeirinhos, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, povos de terreiros e quilombolas, a maioria apresentava eutrofia. Já na comunidade de povos ciganos, a maioria dos adolescentes (66,7%) apresentava sobrepeso ou obesidade (Tabela 3).

Tabela 3 - Estado nutricional de adolescentes de 10 a <20 anos, de povos e comunidades tradicionais, de acordo com dados do SISVAN, Brasil, 2023.

Povos e comunidades tradicionais	Estado nutricional			
	IMC/I			Total
	Magreza n (%)	Eutrofia n (%)	Sobrepeso/Obesidade n (%)	
Ciganos	0 (0,0%)	1 (33,3%)	2 (66,7%)	3
Extrativistas	0 (0,0%)	15 (62,5%)	9 (37,5%)	24
Indígenas	1.565 (2,5%)	43.250 (68,2%)	18.638 (29,4%)	63.423
Pescadores artesanais	0 (0,0%)	15 (75,0%)	5 (25,0%)	20
Povos de terreiros	0 (0,0%)	8 (66,7%)	4 (33,3%)	12
Quilombolas	17 (4,8%)	232 (66,5%)	100 (28,7%)	349
Ribeirinhos	72 (3,4%)	1.629 (77,7%)	395 (18,8%)	2.096

Nos adultos, há uma mudança significativa, com o excesso de peso predominando em todas as comunidades tradicionais. O excesso de peso é a condição mais comum em grupos como indígenas (63,8%), quilombolas (62,1%), pescadores artesanais (62,8%) e extrativistas (64,7%) (Tabela 4).

Tabela 4 - Estado nutricional de adultos de 20 a 59 anos, de povos e comunidades tradicionais, de acordo com dados do SISVAN, Brasil, 2023.

Povos e comunidades tradicionais	Estado nutricional			Total
	IMC			
	Baixo Peso n (%)	Eutrofia n (%)	Sobrepeso/Obesidade n (%)	
Ciganos	0 (0%)	1 (14,3%)	6 (85,7%)	7
Extrativistas	1 (0,7%)	46 (34,6%)	86 (64,7%)	133
Indígenas	2.456 (2,0%)	42.918 (34,3%)	79.871 (63,7%)	125.245
Pescadores artesanais	7 (3,5%)	67 (33,7%)	125 (62,8%)	199
Povos de terreiros	2 (16,6%)	3 (25,0%)	7 (58,2%)	12
Quilombolas	15 (2,3%)	232 (35,6%)	405 (62,1%)	652
Ribeirinhos	59 (1,8%)	1.407 (43,9%)	1.739 (54,3%)	3.205

Em relação aos idosos, a maioria apresentava eutrofia e sobrepeso. No entanto, verifica-se uma prevalência considerável de baixo peso em algumas comunidades, principalmente entre os ciganos (33,3%) (Tabela 5).

Em todas as faixas etárias, verificou-se um número muito reduzido de ciganos, extrativistas, pescadores artesanais e povos de terreiros avaliados.

Tabela 5 - Estado nutricional de idosos com 60 anos ou mais, de povos e comunidades tradicionais, de acordo com dados do SISVAN, Brasil, 2023.

Povos e comunidades tradicionais	Estado nutricional			Total
	IMC			
	Baixo Peso n (%)	Eutrofia n (%)	Sobrepeso n (%)	
Ciganos	1 (33,3%)	2 (66,7%)	0 (0,0%)	3
Extrativistas	0 (0,0%)	3 (75,0%)	1 (25,0%)	4
Indígenas	1.912 (15,2%)	5.033 (40,1%)	5.601 (44,6%)	12.546
Pescadores artesanais	5 (16,7%)	15 (50,0%)	10 (33,3%)	30
Povos de terreiros	1 (10,0%)	4 (40,0%)	5 (50,0%)	10
Quilombolas	35 (16,8%)	86 (41,1%)	88 (42,1%)	209
Ribeirinhos	111 (17,6%)	294 (46,5%)	227 (35,9%)	632

DISCUSSÃO

O estado nutricional dos povos e comunidades tradicionais estudados é diversificado, mas foram verificadas prevalências significativas de eutrofia em todas as faixas etárias. Por outro lado, merece destaque a altura baixa para idade em crianças de algumas comunidades, o excesso de peso entre os adultos de um modo geral e o baixo peso entre os idosos de algumas comunidades.

Considerando as crianças é preocupante a elevada prevalência de altura baixa ou muito baixa para idade em algumas comunidades, especialmente indígenas e ribeirinhos. Um estudo sobre o estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo avaliou 128 crianças por meio de antropometria. Os resultados indicaram prevalências de desnutrição de 50,4% pelo índice Estatura/Idade e 7,9% pelo índice Peso/Idade. O déficit estatural nas crianças Guarani afeta mais da metade dos participantes, sendo significativamente superior ao observado em crianças não indígenas no Sudeste (5,6%). Esse índice também ultrapassa o registrado entre crianças não indígenas da região Norte (14,7%), que apresenta a maior prevalência de desnutrição por estatura no Brasil. Já o déficit de Peso/Idade nas crianças Guarani foi mais de quatro vezes maior do que a prevalência nacional entre crianças não indígenas (1,9%), chegando a ser 5,6 vezes superior ao índice do Sudeste [10].

Em um estudo sobre perfil antropométrico de crianças ribeirinhas de 5 a 10 anos que vivem na ilha de Cotijuba – Pará, foi realizado uma análise com 60 crianças e foi identificado que 10% apresentaram baixa estatura [11].

A elevada prevalência de excesso de peso entre adultos dos povos e comunidades tradicionais pode ser compreendida por uma série de fatores relacionados às mudanças nos padrões alimentares, caracterizada pela substituição de alimentos tradicionais por produtos ultraprocessados, ricos em gorduras e açúcares. Estudos apontam que a modernização, introdução de produtos industrializados e a urbanização dessas comunidades contribuem para o abandono de práticas alimentares saudáveis e de subsistência, levando a uma dieta de menor qualidade nutricional e aumento do sedentarismo [12]. Além disso, as mudanças nos modos de vida, como a redução das atividades físicas relacionadas à pesca, coleta e agricultura, estão diretamente ligadas ao menor gasto calórico diário [12].

Em um estudo realizado sobre o impacto de alimentos ultraprocessados, com os ribeirinhos do Médio Solimões, no Amazonas, observou-se que o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados é prioridade, porém, o consumo alimentar de ultraprocessados entre os homens é maior em relação ao consumo entre as mulheres. Essa distinção em relação ao sexo pode ser atribuída a diferentes estilos de vida. Por exemplo, os homens possivelmente passam mais tempo em áreas urbanas para comercializar pesca e caça, o que facilita o acesso aos ultraprocessados, enquanto as mulheres tendem a permanecer em casa. Nos resultados apresentados, entre os homens o consumo de ultraprocessados foi de 28,72%, enquanto entre as mulheres o consumo foi de 24,78% [13].

Em uma pesquisa realizada com 35 mulheres quilombolas sobre o consumo alimentar e estado nutricional na cidade de Cachoeira-BA, 26,47% apresentaram sobrepeso, e uma parte significativa relatou baixa escolaridade, com 35,29% possuindo apenas ensino fundamental incompleto. As mulheres quilombolas que foram avaliadas apresentaram também baixa renda familiar, inferior a um salário mínimo (64,70%). Embora a obesidade não seja exclusiva de um grupo populacional, ela ocorre com mais frequência entre pessoas de menor renda e escolaridade, sendo relacionada a padrões alimentares, inatividade física e status socioeconômico. A soma de desvantagens econômicas, sociais e políticas evidencia a vulnerabilidade social dessas mulheres, influenciando seu acesso a bens e serviços e contribuindo para a insegurança alimentar [14].

De acordo com um estudo realizado sobre a avaliação da saúde nutricional de 78 pescadores artesanais de uma cidade do litoral amazônico, na caracterização do perfil nutricional dos pescadores por meio do IMC, observou-se que 58,99% apresentavam alterações nutricionais elevadas, prejudiciais à saúde [15].

Embora não tenha sido objeto do presente estudo, verificou-se um número muito reduzido de indivíduos com estado nutricional avaliado em algumas comunidades.

O SISVAN é uma ferramenta que tem como finalidade coletar dados sobre o estado nutricional e alimentar dessa população, com o intuito de identificar fatores de risco. Isso possibilita que as ações de atenção básica sejam mais precisas, auxiliando os gestores na tomada de decisões e na definição de prioridades nas políticas de alimentação

e nutrição. Para cumprir essa missão, o marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica, recomenda a realização de avaliações antropométricas e de consumo alimentar para indivíduos em todas as fases da vida, como crianças, adolescentes, adultos, idosos e gestantes. [16]

Apesar de sua importância, o uso do SISVAN em povos e comunidades tradicionais ainda apresenta limitações, o que compromete a eficácia das políticas públicas direcionadas a esses grupos. Entre os obstáculos que dificultam sua implementação estão a ausência de infraestrutura de saúde em regiões isoladas, a carência de profissionais capacitados para coletar dados, além das dificuldades de acesso a essas áreas. Além disso, aspectos culturais também podem limitar o uso do sistema, já que as práticas alimentares e de saúde dessas populações nem sempre são adequadamente compreendidas e consideradas nas avaliações padronizadas.[17]

As práticas alimentares variam ao longo do tempo e são influenciadas por políticas públicas e crises econômicas, exigindo monitoramento contínuo. Existe uma escassez de profissionais capacitados e recursos financeiros limitados. É fundamental desenvolver abordagens que sejam adaptativas e sensíveis às especificidades culturais, colaborar com lideranças comunitárias, usar tecnologias apropriadas e investir em capacitação e infraestrutura para obter dados mais precisos.[18]

A integração de lideranças comunitárias no processo de vigilância alimentar e nutricional pode ser uma estratégia eficaz para superar barreiras de acesso e compreensão cultural. Além disso, o desenvolvimento de tecnologias adequadas, capacitação de profissionais de saúde e investimentos em infraestrutura nas regiões remotas são ações indispensáveis para aprimorar a eficácia do monitoramento e, conseqüentemente, das intervenções em saúde pública.

A carência de estudos e monitoramento adequado dessas comunidades tradicionais significa que suas necessidades específicas muitas vezes ficam à margem das políticas públicas. Ao entender melhor as realidades nutricionais desses grupos, seria possível implementar ações mais eficazes e culturalmente sensíveis, promovendo a saúde e a equidade social.

Uma das potencialidades desse estudo é a contribuição para discussão da temática, uma vez que existem poucos estudos sobre povos e comunidades tradicionais. Como

limitação, podemos apontar o reduzido número de ciganos, extrativistas, pescadores artesanais e povos de terreiros avaliados, de forma que os resultados podem não condizer com a real condição nutricional desses povos.

CONCLUSÃO

O presente estudo demonstrou a diversidade de perfis nutricionais entre as diferentes faixas etárias e povos das comunidades tradicionais. Foram verificadas prevalências significativas de eutrofia em todas as faixas etárias, mas é importante destacar a altura baixa para idade em crianças indígenas e ribeirinhas, o excesso de peso entre os adultos e o baixo peso entre os idosos de algumas comunidades.

Os achados deste estudo, destacam a urgência de implementar políticas públicas mais adaptadas às realidades dos povos e comunidades tradicionais, levando em consideração as particularidades culturais, ambientais e sociais. Para isso, é fundamental que as intervenções sejam sensíveis culturalmente e embasadas em dados consistentes e atualizados, reforçando a importância do SISVAN na obtenção de informações sobre o estado nutricional dessas populações.

REFERÊNCIAS

[1] - Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 04 jul. 2024.

[2] - Brasil. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 04 jul. 2024.

[3] - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: Resultados Preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>

[4] - Cadastro Único ultrapassa a marca de 3,76 milhões de famílias identificadas como Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/05/cadastro-unico-ultrapassa-a-marca-de-3-76-milhoes-de-familias-identificadas-como-grupos-populacionais-tradicionais-e-especificos>>. Acesso em: 6 ago. 2024.

[5] - Jacob MCM, Chaves VM. Falhas do sistema alimentar brasileiro: contribuições da geografia literária para o fortalecimento da democracia alimentar. *Physis Rev Saúde Coletiva*. 2019;29(1):0–2

[6] - Moraes, D. DE C. et al. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, p. 1475–1488, 1 maio 2014.

[7] - Mazur, C. E., & Navarro, F. (2015). INSEGURANÇA ALIMENTAR E OBESIDADE EM ADULTOS: QUAL A RELAÇÃO?. *Saúde (Santa Maria)*, 41(2), 35–44. <https://doi.org/10.5902/2236583411290>

[8] - Athila, A. R.; Leite, M. S. “A medida da fome”: as escalas psicométricas de insegurança alimentar e os povos indígenas no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 10, 2020.

[9] – Holanda, Marília Arcoverde de. Implementação do Sistema de Informação de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN WEB) no município de Arcoverde – PE / Marília Arcoverde de Holanda. - Recife: [s.n.], 2011. 37 p. : tab.

[10] - BARRETO, C. T. G.; CARDOSO, A. M.; COIMBRA JR., C. E. A. Estado nutricional de crianças indígenas Guarani nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 3, p. 657–662, mar. 2014.

[11] - Santos, C. A. de S., Feitosa, R. M., & Sousa, M. S. S. R. (2022). Perfil antropométrico de crianças ribeirinhas de 5 a 10 anos que vivem na ilha de Cotijuba –

Pará. Revista Ciencias de la Actividad Física UCM, 23(Especial_IHMN), enero-junio, 1-11. https://doi.org/10.29035/rcaf.23.Especial_IHMN.4

[12] - FÁVARO, T. R. et al. Obesidade e excesso de peso em adultos indígenas Xukuru do Ororubá, Pernambuco, Brasil: magnitude, fatores socioeconômicos e demográficos associados. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, n. 8, p. 1685–1697, ago. 2015.

[13] - Santos, Alessandra Carvalho dos. Impacto de alimentos ultraprocessados no corpo de ribeirinhos do Médio Solimões, Amazonas. / Alessandra Carvalho dos Santos. — 2021.

[14] - Ribeiro, C. L. T., Ribeiro, I. Índira dos A., Souza, A. C. dos N., Pedreira, B. G. dos S., Almeida, L. M. R., Jesus, M. C. de, Souza, M. C. de J., & Lisboa, C. S. (2024). Consumo alimentar e estado nutricional de mulheres de uma comunidade quilombola na cidade de Cachoeira - Bahia. *REVISTA DELOS*, 17(60), e2348.

[15]- JUNIOR, F. O. DE A. et al. Avaliação da saúde nutricional dos pescadores artesanais de uma cidade do litoral amazônico. OBSERVATÓRIO DE LA ECONOMÍA LATINOAMERICANA, v. 21, n. 8, p. 8606–8629, 11 ago. 2023.

[16] - Lima, J. F. De; Schmidt, D. B. SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UTILIZAÇÃO E COBERTURA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA. Em: Atenção Primária à Saúde no Brasil: avanços, retrocessos e práticas em pesquisa - Volume 2. [s.l.] Editora Científica Digital, 2022. p. 150–160.

[17] - SILVA, R. P. C. et al. Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional: tendência temporal da cobertura e estado nutricional de adultos registrados, 2008-2019. 2022. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742022000100019>>.

[18]- DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/Cartilha-Povos-tradicionais.pdf>>.